

Governo diz que reajuste total levaria Estado à inadimplência no 2º semestre

Escrito por Saraiva

Ter, 26 de Maio de 2015 08:46 - Última atualização Ter, 26 de Maio de 2015 09:00



O Secretário de Governo do Piauí, Merlong Solano acredita que haverá senso de responsabilidade das forças de segurança diante da nova proposta de reajuste salarial apresentada pelo Governo, na última segunda-feira (25). O gestor reforça que o Estado não tem condições financeiras de cumprir a lei estadual aprovada em 2012 e que, dos valores acordados, apenas 50% podem ser pagos no mês de maio, o que corresponde a um aumento em média de R\$ 750 no contracheque. A outra metade seria concedida no mês de fevereiro. “Espero que as categorias aceitem essa nova proposta. É legítimo e importante fazer greve, mas há circunstâncias em que é preciso observar não só as especificidades da categoria, mas também a situação da sociedade. Eles têm direito ao aumento total, porém isso não é possível. Chegamos no limite que o Governo podia fazer”, disse Solano. O secretário frisa que as negociações têm avançado e apesar de não ser possível a concessão total dos reajustes salariais, algumas reivindicações já foram atendidas. “Concedemos metade das promoções, os delegados responderão por no máximo duas cidades, os peritos terão gratificações. Procuramos dentro das condições do Estado ajustar e atender parte das reivindicações para evitar a greve”, elenca. Sobre a provocação de deputados estaduais ao Tribunal de Contas do Estado sobre a real situação financeira, Merlong Solano reafirma que a concessão total dos reajustes salariais previstos em lei levaria o Estado à inadimplência no segundo semestre.

